



SECRETARIA DA FA
O ESTADO DE PERN

Simulado Especial

SEFAZ PE

Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial SEFAZ PE – Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso SEFAZ PE;
- 2 – A prova contém **160 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-PE-12-11>

- | | | | | |
|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 33 – A B C D E | 65 – A B C D E | 097 – A B C D E | 129 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 34 – A B C D E | 66 – A B C D E | 098 – A B C D E | 130 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 35 – A B C D E | 67 – A B C D E | 099 – A B C D E | 131 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 36 – A B C D E | 68 – A B C D E | 100 – A B C D E | 132 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 37 – A B C D E | 69 – A B C D E | 101 – A B C D E | 133 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 38 – A B C D E | 70 – A B C D E | 102 – A B C D E | 134 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 39 – A B C D E | 71 – A B C D E | 103 – A B C D E | 135 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 40 – A B C D E | 72 – A B C D E | 104 – A B C D E | 136 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 41 – A B C D E | 73 – A B C D E | 105 – A B C D E | 137 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 42 – A B C D E | 74 – A B C D E | 106 – A B C D E | 138 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 43 – A B C D E | 75 – A B C D E | 107 – A B C D E | 139 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 44 – A B C D E | 76 – A B C D E | 108 – A B C D E | 140 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 45 – A B C D E | 77 – A B C D E | 109 – A B C D E | 141 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 46 – A B C D E | 78 – A B C D E | 110 – A B C D E | 142 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 47 – A B C D E | 79 – A B C D E | 111 – A B C D E | 143 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 48 – A B C D E | 80 – A B C D E | 112 – A B C D E | 144 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 49 – A B C D E | 081 – A B C D E | 113 – A B C D E | 145 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 50 – A B C D E | 082 – A B C D E | 114 – A B C D E | 146 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 51 – A B C D E | 083 – A B C D E | 115 – A B C D E | 147 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 52 – A B C D E | 084 – A B C D E | 116 – A B C D E | 148 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 53 – A B C D E | 085 – A B C D E | 117 – A B C D E | 149 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 54 – A B C D E | 086 – A B C D E | 118 – A B C D E | 150 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 55 – A B C D E | 087 – A B C D E | 119 – A B C D E | 151 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 56 – A B C D E | 088 – A B C D E | 120 – A B C D E | 152 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 57 – A B C D E | 089 – A B C D E | 121 – A B C D E | 153 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 58 – A B C D E | 090 – A B C D E | 122 – A B C D E | 154 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 59 – A B C D E | 091 – A B C D E | 123 – A B C D E | 155 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 60 – A B C D E | 092 – A B C D E | 124 – A B C D E | 156 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 61 – A B C D E | 093 – A B C D E | 125 – A B C D E | 157 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 62 – A B C D E | 094 – A B C D E | 126 – A B C D E | 158 – A B C D E |
| 31 – A B C D E | 63 – A B C D E | 095 – A B C D E | 127 – A B C D E | 159 – A B C D E |
| 32 – A B C D E | 64 – A B C D E | 096 – A B C D E | 128 – A B C D E | 160 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

01. Leia o texto a seguir:**Uma ética de mão dupla**

“Desde que a lei de combate à corrupção entrou em vigor, no começo do ano, o especialista em Direito Público Fábio Medina Osório mergulhou em sua análise. Ex-promotor do Ministério Público do Rio Grande do Sul, doutor em Direito Administrativo e presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado (Iiede), Medina vê na lei que impõe severas sanções aos corruptores o início do que pode ser uma profunda mudança de costumes – dos maus costumes. Mas alerta: não adianta tentar punir apenas o empresário.”

Assinale a alternativa que indica a principal intenção do texto.

- a) discorrer sobre as implicações da lei de combate à corrupção.
- b) trazer a opinião de um especialista
- c) descrever a lei anticorrupção.
- d) reforçar a importância da lei que entrou em vigor
- e) apresentar o especialista em Direito Público.

02. O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa e efeito é:

- a) João chegou ao trabalho cansado / João não dormiu a noite toda
- b) O festival de música durava uma semana / Não era fácil organizar o festival
- c) A sala de aula estava cheia / Muitos alunos estavam presentes.
- d) A limpeza urbana está precária / Não há concurso para agente de limpeza urbana há anos.
- e) Recife é um dos principais destinos dos brasileiros / As praias de Recife são lindas.

03. Assinale a opção que indica a frase em que o acento grave está empregado incorretamente.

- a) Às regras os novos moradores não obedeciam.
- b) Os jornais denunciavam os escândalos relacionados à instituições financeiras.
- c) Chamou-me para a palestra às vésperas de meu aniversário.
- d) Todo aquele esforço visava à melhor posição.
- e) Os brindes foram feitos cuidadosamente à mão

04. A frase abaixo em que o significado da palavra sublinhada foi trocado é:

- a) Pela sua atitude, foi tachado de egoísta.
- b) O surgimento de uma nova forma de governo era iminente.
- c) Os sintomas começam pela cauda do animal.
- d) O extrato social deveria importar menos que o caráter.
- e) O emigrante carrega a saudade do lugar a que pertence.

05. A torneira gotejava compassadamente. A pia, enferrujada, parecia ansiar pela próxima gota. No centro, uma mesa de madeira que saudosamente relembra a comunhão que um dia houve ali. As paredes revelavam as marcas deixadas pelo tempo.

Sobre a estruturação dessa descrição, a afirmação correta, é:

- a) a descrição parte do todo para as partes;
- b) movimento da descrição é de cima para baixo;
- c) a descrição se fundamenta numa visão à distância;
- d) a descrição ocorre de perto para longe;
- e) o movimento da descrição é de dentro para fora.

06. Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os gerentes informaram aos administradores que não poderiam dar descontos.
- b) Após a esposa passar mal, João ligou para sua mãe.
- c) Chegaram ao local e instalaram um sistema rápido.
- d) Maria pegou o suporte do relógio que estava em seu quarto.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

07. A frase abaixo que mostra a presença do discurso indireto livre é:

- a) — Lá vem o trem! — exclamou o funcionário.
- b) Os artistas chegavam para animar o festival. Venham todos dançar. Era um momento de pura descontração.
- c) Disseram as más línguas que tudo não passava de encenação.
- d) Desacreditado, imperador disse que jamais havia presenciado tamanha ousadia e falta de sorte.
- e) Então respondeu o cavaleiro: — Com muito pesar, precisarei deixá-la só esta noite!

08. Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático. A frase abaixo que emprega corretamente essa estratégia é:

- a) Os pesquisadores tornaram-se referência; os médicos foram essenciais.
- b) O Congresso impediu novas manifestações.
- c) Vivi motivado por dois sonhos: paz e liberdade.
- d) O jornalista afirmou ser imparcial e que prezava a liberdade de imprensa.
- e) Para esquecer o presente, vive-se o passado.

09. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) "A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida".
- b) "Paz é manter-se calmo apesar do caos".
- c) "O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente".
- d) "A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar".
- e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

10. O segmento abaixo que mostra uma estrutura textual diferente da que aparece nas definições:

- a) A qualidade de vida é o método utilizado para mensurar as condições de vida de um ser humano.
- b) Sustentabilidade é a característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo.
- c) O limite é responsável pelo estabelecimento de diretrizes legais para o convívio em sociedade.
- d) A vida é um delicado equilíbrio entre tomar boas decisões e evitar perigos.
- e) Sonho: uma experiência de imaginação do inconsciente durante nosso período de sono.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICA E ESTATÍSTICO

Carlos Henrique

11. Angélica ao realizar complexos cálculos tributários em uma incursão a uma empresa dividiu dois números inteiros positivos em sua calculadora e obteve como resultado a dízima periódica $0,454545\dots$. Se a divisão tivesse sido feita na ordem inversa, o resultado obtido por Angélica teria sido igual a:

- a) 2,2222...
- b) 2,22
- c) 2,0
- d) 2,2
- e) 2,222

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 12 e 13

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, responda as questões seguintes:

12. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

13. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 350
- c) 360
- d) 370
- e) 380

14. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

15. Analise as premissas a seguir.

- Se o bolo é de chocolate, então o refresco é de abacaxi.
- Se o refresco não é de abacaxi, então o sanduíche é de mortadela.
- O sanduíche não é de mortadela.

Logo, é correto concluir que

- a) o bolo é de chocolate.
- b) o refresco é de abacaxi.
- c) o bolo não é de chocolate
- d) o refresco não é de abacaxi.
- e) o bolo é de chocolate e o refresco é de abacaxi.

16. Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Se todas as flores são azuis, então o jardim tem a cor do céu”.

É correto concluir que:

- a) se todas as flores não são azuis, então o jardim não é tem a cor do céu;
- b) se uma flor é amarela, então o jardim não tem a cor do céu;
- c) se o jardim tem a cor do céu, então todas as flores são azuis;
- d) se o jardim não tem a cor do céu, então todas as flores não são azuis;
- e) se o jardim não tem a cor do céu, então pelo menos uma flor não é azul.

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

17. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, o time Snipers fazer 0, 1, 2 ou 3 gols em um jogo.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

18. A média do número de gols é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

19. A variância do número de gols é:

- a) 1,59
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

20. Em um hospital, 20% dos enfermos estão com COVID. Para dar continuidade às pesquisas que estão sendo realizadas para controlar o avanço deste tipo de infecção, cinco enfermos desse hospital são selecionados, ao acaso e com reposição.

A probabilidade de que exatamente três dos enfermos selecionados não estejam acometidos com COVID é igual a:

- a) 20,48%
- b) 21,36%
- c) 22,45%
- d) 23,67%
- e) 24,53%

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

21. O diálogo competitivo é modalidade licitatória prevista na Lei nº 14.133/2021. Acerca dessa modalidade, é correto afirmar que:

- a) é utilizado para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes, não se admitindo a seleção para os diálogos, em respeito ao princípio da competitividade;
- b) é possível que a administração adote critérios objetivos e subjetivos para a contratação dos licitantes, com base no teor das propostas apresentadas após o encerramento dos debates.
- c) os membros da sua comissão de contratação devem ser necessariamente concursados.
- d) a substituição do agente de contratação pela comissão de licitação é facultativa, no caso de a contratação envolver bens ou serviços especiais.
- e) o procedimento autoriza que a administração revele a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante, independentemente de seu consentimento, em virtude do princípio da supremacia do interesse público e das cláusulas exorbitantes.

22. José é servidor público concursado e está respondendo, em ação ajuizada pelo Ministério Público, pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de vantagem econômica para facilitar a locação de bem público por preço inferior ao valor de mercado. Foi informado de que a Lei de Improbidade Administrativa passou por mudanças significativas e que uma delas se refere às sanções que poderão ser aplicadas. A respeito desse tema, é correto afirmar que José

- a) não estará mais sujeito à pena de perda da função pública, mas poderá ter os direitos políticos suspensos por prazo não superior a quatorze anos.
- b) poderá ser condenado a pagar multa civil correspondente ao triplo do valor do dano causado.
- c) entre as sanções, poderá ser condenado à proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatorze anos, podendo a sanção, excepcionalmente, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- d) poderá perder a função pública, sendo vedado estender essa sanção aos demais vínculos que o agente eventualmente possua na administração.
- e) sofrerá as sanções da Lei de Improbidade de imediato, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória para executá-las.

23. Em um procedimento licitatório, no momento da apresentação da proposta, poderá ser exigida garantia dos licitantes. Acerca desse tema e com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta

- a) a garantia não pode ser exigida dos licitantes como requisito de pré-habilitação.
- b) quando exigida, a garantia não poderá ser superior a **5%** do valor estimado para a contratação.
- c) mesmo que a licitação seja declarada fracassada, não há previsão quanto à devolução da garantia ao licitante.
- d) o licitante que não apresente os documentos para a contratação no prazo terá o valor da garantia parcialmente executado, até a assinatura do contrato.
- e) são modalidades de garantia de proposta a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, o seguro-garantia e a fiança bancária.

24. Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Ademais, é dever da administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2001, é correto afirmar que

- a) entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos diretamente do orçamento não estão obrigadas a divulgar o montante e a destinação dos recursos que receberam do poder público.
- b) as informações consideradas sigilosas são aquelas cujo acesso público fica restrito de maneira indefinida, por se entender que sua não publicidade é imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.
- c) o acesso à informação deve ser sempre total, vedada a concessão de acesso parcial às partes não sigilosas.
- d) o requerimento de acesso à informação deve ser deferido independentemente da identificação do requerente, desde que este fundamente seu pedido com a exposição dos motivos determinantes de sua solicitação.
- e) a classificação de uma informação como sigilosa deve observar o interesse público da informação, utilizando-se do critério menos restritivo possível, considerando-se a gravidade do risco à segurança da sociedade, bem como o prazo máximo de restrição de acesso.

25. A empresa privada Malbaratamento S.A. estava interessada em prestar serviço estatal de policiamento de trânsito. Contudo, após participar de audiência pública com a prefeitura do município Alfa, titular dessa atividade, a empresa foi informada de que o serviço seria prestado por sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do referido ente. Ademais, na audiência pública, foi informado que a sociedade de economia mista prestaria diversas atividades, incluindo a autuação e aplicação de multas de trânsito. Irresignada com a situação, a empresa Malbaratamento S.A. solicitou pronunciamento de sua assessoria jurídica, sendo corretamente informada de que:

- a) a sociedade de economia mista poderia realizar a prestação do poder de polícia de trânsito, desde que a delegação da atividade fosse realizada por contrato administrativo, após licitação pública, realizada em processo transparente e competitivo.
- b) a sociedade de economia mista não poderia prestar o serviço, uma vez que o poder de polícia é indelegável para entidades administrativas de direito privado.
- c) tanto a sociedade de economia mista como a empresa privada poderiam prestar o serviço, já que o STF passou a entender que o poder de polícia é delegável, por lei ou contrato, a entidades administrativas e a particulares.
- d) somente as atividades de anuência estatal e de fiscalização poderiam ser delegadas, não se admitindo a delegação, para entidades administrativas de direito privado, da competência para aplicação de multas, pois se trata de atividade sancionatória, típica de Estado.
- e) o poder de polícia de trânsito é delegável para entidades administrativas de direito privado, uma vez que se trata de serviço público próprio do Estado, prestado em regime não concorrencial, mas essa delegação deverá ocorrer por lei.

26. A Lei nº 12.846/2013 - “Lei Anticorrupção - LAC” – estabelece um regime de responsabilidade especial para pessoas jurídicas. Já a Lei nº 8.429/1992 – LIA - dispõe sobre sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Acerca desses dois regimes, é correto afirmar que

- a) as sanções previstas na Lei Anticorrupção podem ser acumuladas com aquelas previstas na Lei de Improbidade Administrativa – 8.429/92 – sem que isso configure *bis in idem*, em razão da independência das instâncias.
- b) é vedada a inscrição de pessoas jurídicas em cadastros de pessoas inidôneas e suspensas, com dados relativos às sanções aplicadas por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo.
- c) a LAC trata da responsabilidade subjetiva civil de pessoas jurídicas de direito público pela prática de atos contra a administração pública nacional.
- d) os dirigentes das pessoas jurídicas possuem responsabilidade direta e integral pelos atos ilícitos cometidos.
- e) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações e a situação econômica do infrator são fatores levados em consideração na aplicação das sanções da LAC.

27. De acordo com o regime previsto na Lei nº 10.520/2002, o procedimento denominado pregão não admite

- a) negociações diretas entre pregoeiro e os licitantes.
- b) propostas com prazos de validade superiores a trinta dias.
- c) exigência de garantia da proposta.
- d) a possibilidade de apresentação de recursos pelos licitantes.
- e) a exigência de documentos habilitatórios.

28. Com base no entendimento atual do Supremo Tribunal Federal acerca do prazo de prescrição das ações de ressarcimento ao erário, marque a alternativa correta

- a) as ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis, independentemente da natureza do ilícito ou se as condutas foram praticadas com dolo ou culpa.
- b) são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- c) são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas em título executivo decorrente de imputação de débito por Tribunal de Contas, quando a Corte de Contas apurar que houve ato de improbidade com dolo.
- d) a ação de improbidade e as ações de ressarcimento são prescritíveis, em qualquer caso.
- e) é imprescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

29. O instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros, nos termos da Lei nº 13.019/2014, é denominado

- a) termo de parceria.
- b) termo de colaboração.
- c) acordo de cooperação.
- d) termo de fomento.
- e) contrato de gestão.

30. Joana é diretora de uma entidade administrativa, mas estava preocupada com o alcance dos resultados exigidos pela sociedade. Após intensas pesquisas, ela percebeu que o ordenamento jurídico nacional gozava de instrumentos para flexibilizar os controles burocráticos, em troca de resultados mais eficientes. Um dos modelos que chamou a sua atenção foi o de contratualização de resultados, em especial pela utilização das denominadas agências executivas.

Nesse contexto, na organização administrativa brasileira, é correto afirmar que as agências executivas:

- a) são necessariamente autarquias sob regime especial, não se caracterizando como uma nova espécie de entidade da administração indireta.
- b) podem ser autarquias ou fundações que se qualifiquem através da assinatura de um contrato de gestão, desde que atendam aos requisitos previstos na legislação, como o de ter um plano estratégico em andamento.
- c) para uma autarquia se tornar agência executiva não é necessária uma qualificação formal, pois seu grau de autonomia depende exclusivamente da lei instituidora.
- d) atuam em áreas específicas de regulação e execução de assuntos de interesse público.
- e) não podem ser qualificadas, ao mesmo tempo, como agências reguladoras, por expressa vedação legal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. No que se refere ao conceito e à classificação das constituições, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na visão de Carl Schmitt, por ser a constituição o produto de uma decisão política, ela poderia ser admitida como a decisão política do titular do poder constituinte.
- b) Por se tratar de uma constituição analítica, a normas da atual Lei Maior brasileira podem ser classificadas como material e formalmente constitucionais.
- c) Quanto ao modo de elaboração, as constituições podem ser classificadas como dogmáticas ou históricas.
- d) Quanto ao conteúdo, a constituição pode ser material ou formal.
- e) Quanto à origem, tem-se constituição classificada como outorgada, promulgada, cesarista ou pactuada.

32. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A respeito dos direitos políticos e do sistema democrático adotado no Brasil, é correto afirmar:

- a) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.
- b) A perda de direitos políticos só se dará no caso de condenação criminal.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São características do voto a personalidade, a obrigatoriedade, a liberdade, a publicidade e a periodicidade.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos e brasileiros maiores de 65 anos.

33. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

34. A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabeleceu como requisito de ingresso na carreira da magistratura, no cargo de juiz substituto, a idade mínima de 23 anos e a idade máxima de 45 anos, contados no dia da inscrição. A respeito do tema, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece como limite máximo a idade de 70 anos.
- b) O dispositivo da lei do Ceará é inconstitucional, por usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para apresentar projeto de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.
- c) A legislação estadual em nada afronta a Constituição Federal, uma vez que a Lei Maior não trata de limite etário para ingresso no cargo de juiz substituto.
- d) A norma do Ceará é inconstitucional, uma vez que a organização da magistratura é assunto que só pode ser disciplinado na Constituição estadual.
- e) A norma estadual é inconstitucional, porque a Constituição Federal fixou limite mínimo de 30 anos para ingresso na magistratura de primeira instância.

35. O Município de Florianópolis, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou o número de beneficiários de isenção de IPTU. O prefeito, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O prefeito de Florianópolis tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao prefeito, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O prefeito está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o prefeito deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei municipal é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

36. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Dourados-MS, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) Controle de Constitucionalidade de norma municipal, da competência do Supremo Tribunal Federal, só pode ser feito pela via incidental.

37. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

38. Enquanto um estado da região nordeste do País estava sendo atingido por uma calamidade de grande proporção da natureza, um grupo de cento e setenta Deputados Federais subscreveu uma proposta de emenda constitucional, visando alterar a estruturação dos órgãos de segurança pública. Proposta idêntica foi apresentada e rejeitada pela Câmara dos Deputados na mesma legislatura, no ano anterior.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que essa proposta

- a) Infringiu os limites formais, materiais, circunstanciais e temporais de reforma constitucional;
- b) Infringiu apenas os limites formais, circunstanciais e temporais de reforma constitucional;
- c) Infringiu apenas os limites formais e materiais de reforma constitucional;
- d) Infringiu apenas os limites formais de reforma constitucional;
- e) Não infringiu quaisquer dos limites constitucionais ao exercício do poder reformador.

39. A Constituição Federal assegura em seu artigo 5º a liberdade como um dos direitos fundamentais básicos. A respeito da liberdade de associação, dedicou vários incisos, de acordo com os quais é correto afirmar que

- a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.
- b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.
- c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.
- d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do *mandamus* em benefício daqueles.
- e) Não prejudica o direito de liberdade de associação a exigência legal de que a utilização de benefício assistencial, no período do defeso, depende da comprovação de estar cooperado.

40. No que se refere à organização do Estado, conforme disposto no Título III da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.
- b) A Constituição Federal não admite a intervenção de um ente federativo na autonomia de outro, salvo nas hipóteses descritas em seu próprio texto. A intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, quando houver a violação à autonomia municipal, depende de provimento do Supremo Tribunal Federal de representação interventiva movida pelo Procurador-geral do Estado.
- c) A competência dos municípios, diferente do que ocorre com Estados e Distrito Federal, não está expressa na Constituição Federal, razão pela qual tem sido classificada pela doutrina como residual. Assim, compete aos Municípios o que não for competência da União e nem dos Estados.
- d) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.
- e) No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos Estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

41. Nos termos definidos na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem sua intenção de fazê-lo. Nesse caso, o plano especial de recuperação judicial limitar-se á às seguintes condições:

- I. Abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os não vencidos.
- II. Preverá o pagamento da primeira parcela no prazo máximo de 180 dias da distribuição do pedido de recuperação judicial.
- III. Estabelecerá a necessidade de autorização do juiz, após ouvido o administrador judicial e o Comitê de Credores, para o devedor aumentar despesas, dispensada autorização quando estas decorrerem da contratação de empregados.
- IV. Preverá parcelamento em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

42. Considerando as disposições do Código Civil, a sociedade limitada:

- a) Tratando-se de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, salvo disposição contratual diversa.
- b) As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade de todos os sócios.
- c) O uso da firma ou denominação social é privativo dos sócios.
- d) Pode a sociedade reduzir o capital, dispensada modificação do contrato.
- e) A assembleia dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo metade do capital social.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

43. Com relação aos conflitos de leis no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- b) Se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação do texto da lei, destinada à correção, o prazo de *vacatio legis* que já se encontrava em andamento manterá seu curso normal.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a anterior.
- d) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) Ato jurídico perfeito é o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

44. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia à prescrição só valerá sendo feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- b) Os prazos prescricionais podem ser ampliados por acordo das partes.
- c) A prescrição é suspensa pelo protesto.
- d) Prescreve em 3 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- e) A decadência, legal ou convencional, não pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

45. Com relação à doação, assinale a alternativa correta.

- a) Se o donatário for absolutamente incapaz, exige-se a aceitação do seu representante legal.
- b) A cláusula de reversão pode ser estipulada em favor do doador ou de terceiro.
- c) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos contados do conhecimento, por parte desses familiares, de sua efetivação.
- d) A doação pode ser revogada por ingratidão do donatário, porém não se revogam as doações puramente remuneratórias.
- e) A doação não pode ser revogada por inexecução do encargo, cabendo ao doador, no caso, propor ação para exigir-lhe o cumprimento.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

46. No que diz respeito à aplicação da Lei Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Praticado um fato que, posteriormente, a lei defina como crime, o autor pode ser punido apenas se não ocorreu o trânsito em julgado da decisão que o tenha condenado.
- b) O princípio da legalidade é conhecido pela seguinte expressão latina: *nullum crimen, nulla poena sine lege*.
- c) Se o autor de um fato está respondendo a processo por contravenção penal e, posteriormente, a lei venha a definir esse fato como crime, a denúncia não poderá ser aditada para que o agente responda de acordo com a nova classificação.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- e) Se uma lei nova deixar de incriminar certa conduta, antes definida como crime, o réu não continuará a responder ao processo, porque a lei benéfica retroagirá para alcançar fatos anteriores.

47. Acerca da aplicação da lei penal assinale a alternativa correta.

- a) Não é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, mesmo que aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- b) Ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, ainda que o agente seja absolvido ou condenado no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- c) Quanto ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adota a teoria da ubiquidade.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, salvo se vier norma posterior mais benéfica, tendo em vista o princípio da retroatividade da norma penal em benefício do réu.

48. Ana Clara, primária e de bons antecedentes, foi presa em flagrante delito dentro do supermercado Alibabá Comércio de Alimentos Ltda (uma grande rede varejista da região do Abc Paulista), pois na data do dia 04/12/2020, se valendo da distração dos agentes de segurança do estabelecimento, subtraiu para si, dois desodorantes marca Xêro Bom, avaliados em 12,00 (doze reais). De acordo com a situação narrada, caso seja processada, o magistrado, poderá

- a) reconhecer a insignificância, e absolver Ana Clara por atipicidade da conduta.
- b) não poderá reconhecer a insignificância, mas poderá absolver Ana Clara por excludente de ilicitude.
- c) reconhecer a insignificância na conduta, e absolver Ana Clara por excludente de culpabilidade.
- d) não deverá reconhecer o princípio da insignificância, vez que não preenchidos os vetores trazidos pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) reconhecer o princípio da insignificância e absolver Ana Clara diante da causa extintiva da punibilidade.

49. Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

50. Com relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Pratica corrupção passiva o funcionário público que solicita ou recebe vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- b) Pratica concussão o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- c) No peculato culposo, a reparação do dano, em qualquer momento do processo e até a sentença recorrível, reduz em um terço a pena imposta.
- d) Pratica concussão o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, vantagem devida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.
- e) Pratica prevaricação o funcionário público que pratica, retarda ou deixa de praticar ato de ofício com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS

Silvio Sande

51. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020,, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- a)10.600.000,00
- b)10.580.000,00
- c)10.660.000,00
- d)10.664.000,00
- e)10.190.000,00

52. O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2019, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2019
Ambiental	R\$ 3.000.000,00
Tributária	R\$ 2.800.000,00
Fiscal I	R\$ 2.200.000,00

Em 31/12/2020 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2020	Valor estimado em 31/12/2020 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 1.900.000,00
Tributária	Provável	R\$ 2.300.000,00
Fiscal I	Possível	R\$ 1.900.000,00
Fiscal II	Provável	R\$ 5.300.000,00
Trabalhista	Possível	R\$ 1.100.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2020, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- a) despesa total no valor de R\$ 8.000.000,00.
- b) despesa total no valor de R\$ 5.800.000,00.
- c) despesa total no valor de R\$ 4.500.000,00.
- d) despesa total no valor de R\$ 1.500.000,00.
- e) receita total no valor de R\$ 500.000,00.

53. A Cia. Comercial Oiapoque adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

- Valor total dos produtos adquiridos: R\$ 1.200.000,00
- Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

- Tributos recuperáveis:R\$ 140.000,00
- Tributos não recuperáveis:R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Oiapoque revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Oiapoque, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

54. A empresa Vende Tudo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Vende Tudo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Vende Tudo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Vende Tudo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

55. A Cia. Laranjal do Jari adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 10 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Laranjal do Jari, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 180.000,00.

56. No dia 31/12/2016 uma empresa realizou uma emissão de debêntures para captação de recursos no valor de R\$ 100.000.000,00.

As debêntures apresentavam as seguintes características:

- Prazo total: 15 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais no valor de R\$ 13.147.377,70

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 1.040.000,00.

Tendo em vista que a expectativa do mercado futuro de juros é que ocorrerá uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo os títulos por R\$ 107.000.000,00.

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação foi 9% ao ano, o saldo contábil líquido evidenciado no passivo, no balanço patrimonial de 31/12/2017 da empresa, e o impacto no resultado de 2017 decorrente das debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 96.852.622,32 e 11.140.000,00.
- b) 102.349.022,32 e 9.536.400,00.
- c) 103.408.622,32 e 11.636.000,00.
- d) 95.852.622,32 e 10.040.000,00.
- e) 102.482.622,32 e 10.670.000,00.

57. Em 01/01/2015 a Cia. Bahia adquiriu, à vista, 80% das ações da Cia. Vitória pelo valor de R\$ 20.000.000,00. Na data da aquisição, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cia. Vitória era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Vitória a que foram adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação, era R\$ 18.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida.

Durante o ano de 2015, a Cia. Vitória reconheceu em seu Patrimônio Líquido as seguintes mutações:

- Lucro líquido de 2015: R\$ 400.000,00
- Dividendos distribuídos: R\$ 150.000,00
- Ajustes de avaliação patrimonial: R\$ 500.000,00 (saldo credor).

O valor apresentado pela Cia. Bahia na conta Investimento, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2015, e o valor reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2015 referente a este investimento foram, respectivamente, em reais,

- a) 20.240.000,00 e 640.000,00.
- b) 20.240.000,00 e 320.000,00.
- c) 20.400.000,00 e 400.000,00.
- d) 14.880.000,00 e 320.000,00.
- e) 20.600.000,00 e 320.000,00.

Instruções: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

Patrimoniais em
31/12/16 e 31/12/17

ATIVO	31/12/16	31/12/17	PASSIVO	31/12/16	31/12/17
Ativo Circulante	264.000	482.000	Passivo Circulante	312.000	564.560
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000	94.000	Fornecedores	132.000	171.760
Clientes	112.000	192.000	Imposto de Renda a Pagar	-	4.800
Estoques	132.000	196.000	Empréstimos	180.000	388.000
Ativo Não Circulantes	288.000	436.000	Patrimônio Líquido	240.000	353.440
Investimentos	28.000	72.000	Capital	200.000	300.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	40.000	53.440
Veículos	168.000	364.000			
Imóveis	92.000	-			
TOTAL DO ATIVO	552.000	918.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	552.000	918.000

Demonstração do Resultado: 01/01/16 a 31/12/17

Receitas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(524.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	292.000
(-) Despesas Operacionais	
- Depreciação	(24.000)
- Diversas despesas operacionais	<u>(236.000)</u>
(+) Outras Receitas e Despesas	
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>12.000</u>
(+) Resultado antes dos efeitos financeiros	44.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(48.000)</u>
(=) Resultado após os efeitos financeiros	(4.000)
(=) Outras receitas e despesas não recorrentes	
Lucro na Venda de Imóveis	<u>28.000</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	24.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	<u>(4.800)</u>
(=) Resultado Líquido	19.200

Sabe-se que no ano 2017 a empresa não vendeu qualquer participação societária, não vendeu veículos e não pagou as despesas financeiras do ano.

58. O valor correspondente ao Caixa das Atividades de INVESTIMENTOS é, em reais,

- 132.000 (positivo).
- 100.000 (negativo).
- 132.000 (negativo).
- 196.000 (negativo).
- 127.760 (positivo).

59. A Cia. METALÚRGICA, para produzir 2.000 unidades de seu único produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de março de 2017:

Custo fixo: R\$ 92.000,00

Custos variáveis:

- Matéria-prima: R\$ 48,00/unidade
- Mão de obra direta: R\$24,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 24.000,00

Despesas variáveis: R\$ 16,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda bruto

Preço de venda bruto: R\$ 210,00/unidade

Quantidade vendida: 400 unidades

Se a Cia. METALÚRGICA utilizar o Custeio Variável, o custo unitário da produção do mês de março de 2017 será, em reais,

- 48,00.
- 88,00.
- 156,00.
- 72,00.
- 172,00.

60. Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- a) 1050.
- b) 1250.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

61. De acordo com o guia prática EFD-ICMP/IPI - v 3.1.0, este registro deve ser apresentado com as informações da Redução Z de cada equipamento em funcionamento na data das operações de venda à qual se refere a redução.

- a) C400
- b) C176
- c) C170
- d) 0150
- e) C405

62. De acordo com o guia prática EFD-ICMP/IPI - v 3.1.0, qual é o bloco responsável pela apuração do ICMS e do IPI?

- a) 0
- b) C
- c) E
- d) H
- e) 9

63. De acordo com o guia prática EFD-ICMP/IPI - v 3.1.0, o registro de bloco C é responsável por Documentos Fiscais - Mercadorias. Qual registro nesse bloco tem como objetivo tratar sobre ressarcimento de icms e fundo de combate à pobreza (fcp) em operações com substituição tributária e deve ser informado quando da escrituração de documento fiscal, que acoberte operação que represente desfazimento de substituição tributária realizada em operações anteriores?

- a) C170
- b) C176
- c) C195
- d) C197
- e) C110

64. De acordo com o guia prática EFD-ICMP/IPI - v 3.1.0, assinale a alternativa correta a respeito da estrutura do arquivo de EFD.

I - Para campos alfanuméricos, representados por "X", podem ser usados todos os caracteres da Tabela ASCII

II - Todos os campos alfanuméricos terão tamanho máximo de 255 caracteres

III - Uma data como 23/07/2022 é representada como 23072022

IV - O ponto deve ser usado como separador decimal. Exemplo: 12998.99

V - Se um campo possui o valor 999,99, conclui-se que o tamanho máximo dele é 5

- a) Somente II e III
- b) Somente I, II, IV
- c) Somente I, III, V
- d) Somente IV, V
- e) Nenhuma correta

65. De acordo com o guia prática EFD-ICMP/IPI - v 3.1.0, o registro de bloco 0 é responsável por Abertura, Identificação e Referências. Ela possui o registro 0150 responsável pela tabela de cadastro do participante. Neste registro o campo COD_PAIS é

- a) obrigatório, pode ser informado com 5 caracteres ou com 4 caracteres
- b) opcional, pode ser informado com 5 caracteres ou com 4 caracteres
- c) opcional, precisa ser informado com 5 caracteres
- d) obrigatório, precisa ser informado com 5 caracteres
- e) obrigatório, precisa ser informado com 4 caracteres

66. De acordo com o guia prática EFD-ICMP/IPI - v 3.1.0, qual a função do registro E111?

- a) SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - tem por objetivo informar valores relativos à apuração do ICMS de substituição tributária, mesmo nos casos de períodos sem movimento
- b) VALORES DECLARATÓRIOS - informar os valores declaratórios relativos ao ICMS, conforme definição da legislação estadual pertinente
- c) IDENTIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS - identificar os documentos fiscais relacionados ao ajuste.
- d) INFORMAÇÕES ADICIONAIS DOS AJUSTES DA APURAÇÃO DO ICMS - detalhar os ajustes do registro E112 quando forem relacionados a processos judiciais ou fiscais ou a documentos de arrecadação, observada a legislação estadual pertinente
- e) AJUSTE/BENEFÍCIO/INCENTIVO DA APURAÇÃO DO ICMS - discriminar todos os ajustes lançados

67. De acordo com o Leiaute e Regras de Validação da NF-e e da NFC-e do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0, o Grupo W trata

- a) Identificação da Nota Fiscal eletrônica
- b) Identificação do Fisco emitente
- c) de Produtos e Serviços da NF-e.
- d) Total da NF-e
- e) Grupo de Tributação do ICMS

68. De acordo com o Leiaute e Regras de Validação da NF-e e da NFC-e do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0, assinale a alternativa correta

- I - A Chave de Acesso de identificação da Nota Fiscal eletrônica é um conjunto de 44 caracteres numéricos
 - II - NF-e - Modelo 65, utilizada pelos contribuintes do IPI e ICMS, substitui a nota fiscal modelo 1 ou 1A e nota fiscal do produtor, modelo 4
 - III - O CPF é preenchido num campo de 11 posições e não deve ser utilizado máscara
 - IV - UF e ambiente de autorização são capazes de criar uma chave natural.
- a) Somente I
 - b) Somente II, III
 - c) Somente I, IV
 - d) Somente III IV
 - e) Somente I, II

69. De acordo com o Manual de Orientação do Contribuinte Visão Geral Versão 7.00 – Novembro de 2020, A empresa emissora de NF-e gera um arquivo eletrônico contendo as informações da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, transformando este arquivo em um documento eletrônico. A secretaria de tributação, após verificar a integridade formal, devolverá um protocolo de recebimento denominado “Autorização de Uso”. Após a Autorização de Uso, que transforma o documento eletrônico no Documento Fiscal denominado Nota Fiscal Eletrônica, a Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará consulta, através da Internet, por quantos dias?

- a) 30
- b) 90
- c) 180
- d) 360
- e) 520

70. De acordo com o Manual de Orientação do Contribuinte Visão Geral Versão 7.00 – Novembro de 2020, qual modalidade de emissão em contingência de NF-e que tem como desvantagem a necessidade de se adquirir um papel especial?

- a) EPEC
- b) FS-DA
- c) SVC
- d) Offline
- e) CVC

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

71. Com base no modelo de determinação de renda para Economias Abertas (modelo IS-LM-BP), avalie o trecho a seguir:

Em uma situação de _____ mobilidade de capitais com regime cambial _____, a política _____ expansionista é _____ para alterar a renda e os juros da economia.

Analisando o trecho acima, a sequência que completa corretamente as lacunas é:

- a) perfeita / flexível / fiscal / eficaz
- b) perfeita / flexível / monetária / ineficaz
- c) ausência de / flexível / fiscal / eficaz
- d) ausência de / fixa / fiscal / ineficaz/
- e) ausência de / fixa / monetária / eficaz

72. Em relação ao caso conhecido como “armadilha da liquidez”, é correto afirmar que:

- a) A demanda por moeda é perfeitamente inelástica à taxa de juros.
- b) A curva LM é positivamente inclinada.
- c) A demanda por moeda é infinitamente elástica à taxa de juros.
- d) A curva LM é vertical.
- e) A política fiscal é ineficaz.

73. São exemplos de impostos indiretos do sistema tributário brasileiro:

- a) IPI, ISS, IPTU.
- b) ICMS, IPVA, ITR.
- c) Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica.
- d) IPVA, IPTU e ITR.
- e) ICMS, ISS e IPI.

74. A economia da “Macrolândia” possui as seguintes curvas de demanda e oferta por banana:

$$D = 100 - 4p;$$

$$S = 10 + p.$$

O governo introduziu um imposto de \$5 por unidade, cobrado do consumidor. Com esse imposto, conclui-se que a arrecadação do governo e a parcela paga pelo consumidor serão, em \$, respectivamente:

- a) 105 e 1
- b) 110 e 2
- c) 115 e 2
- d) 120 e 1
- e) 125 e 2

75. De acordo com a Teoria da Tributação e os Princípios Tributários:

- a) Nem sempre o princípio do benefício será de fácil aplicação individual para o financiamento de qualquer bem público.
- b) A tributação sobre a renda é incapaz de atender ao princípio da capacidade de pagar.
- c) A tributação progressiva anula completamente o princípio da equidade.
- d) Ao tributar o cigarro com o intuito de reduzir seu consumo, aplica-se o princípio da neutralidade.
- e) O princípio da neutralidade condiz com os incentivos fiscais dados pelo Governo.

76. Acerca da Teoria da Tributação, analise a afirmativa a seguir.

O princípio tributário segundo o qual a tributação não deve causar distorções na alocação de recursos da economia, a fim de garantir a eficiência econômica é conhecido como:

- a) universalidade
- b) equidade
- c) neutralidade
- d) justiça social
- e) adequação.

77. Considerando uma situação inflacionária devido ao excesso de demanda agregada, o Governo deverá adotar uma política fiscal, promovendo a seguinte decisão:

- a) reduzir a alíquota de impostos
- b) aumentar seus gastos em consumo
- c) aumentar seus gastos em investimentos
- d) desvalorizar o câmbio
- e) aumentar a alíquota de impostos.

78. Em relação à Curva de Phillips, considere as afirmativas a seguir.

I. A curva de Phillips de longo prazo é vertical, informando que há uma relação positiva entre inflação e desemprego.

II. Segundo a hipótese de expectativas adaptativas, existe trade-off entre inflação e desemprego somente no curto prazo.

III. Nos choques adversos de oferta há redução da produção das empresas e consequente aumento de preços, o que desloca a Curva de Phillips para a direita.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- c) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

79. No que diz respeito à teoria do consumidor, assinale a alternativa correta.

a) A taxa marginal de substituição entre dois bens é crescente ao longo da curva de indiferença do consumidor.

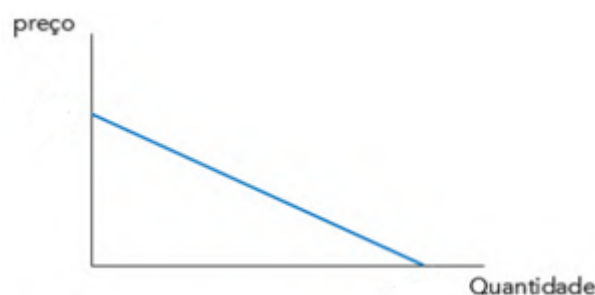
b) O grau de satisfação do consumidor aumenta à medida em que a curva de indiferença se distancia da origem dos eixos.

c) Somente alterações na renda do consumidor são capazes de afetar posição da reta de restrição orçamentária.

d) No equilíbrio do consumidor, a curva de indiferença mais alta possível é atingida, independente de sua restrição orçamentária.

e) O grau de satisfação do consumidor não se altera à medida em que a curva de indiferença se distancia da origem dos eixos.

80. Analise a seguinte curva de demanda linear:



Com base no gráfico acima e sabendo que Q é a quantidade e P o preço, pode-se concluir que o valor da elasticidade-preço da demanda, em módulo, será:

- a) será constante ao longo de toda a curva
- b) será infinito quando $Q = 0$
- c) será igual a 1 quando $P = 0$
- d) será infinito quando $Q = 0$ ou $P = 0$
- e) será igual a zero quando $Q = 0$

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

82. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

83. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

84. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

85. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

86. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

87. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

88. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

89. O Prefeito de Recife, por meio de Decreto publicado em 20 de dezembro de 2021, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

90. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

91. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

92. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

93. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

94. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

95. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

96. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

97. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

98. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

99. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

100. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha/Rafael Rocha

101. Considere uma transmissão causa mortis de um veículo licenciado no estado de Pernambuco, com valor venal de R\$ 200.000,00. Paulo e Tiago, herdeiros do falecido, residem no estado do Piauí. O autor da herança, no momento do óbito, era domiciliado no estado do Ceará, mas seu inventário transcorreu extrajudicialmente no estado da Paraíba.

Com base na situação acima, pode-se afirmar que:

- a) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao Piauí.
- b) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido a Pernambuco.
- c) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao Ceará.
- d) Considera-se ocorrido o fato gerador do ITCD no momento da abertura do inventário.
- e) Nenhuma das anteriores.

102. Assinale uma transmissão que está amparada por isenção do ITCD, segundo a lei pernambucana.

- a) doações recebidas por partidos políticos e templos de qualquer culto.
- b) ato de renúncia à herança, quando feito sem ressalva ou condição.
- c) transmissões *causa mortis* de bem imóvel que servir de residência e que constituir o único bem do espólio, desde que, à sucessão, concorram apenas o cônjuge e os filhos do "de cujus" e fique comprovado não possuírem estes outro imóvel.
- d) doações de quaisquer bens e direitos, cujo valor não ultrapasse o limite anual de R\$ 50.000,00.
- e) doações e transmissões *causa mortis* de bem imóvel de residência do cônjuge e filhos de servidor público ou autárquico deste Estado, desde que aqueles individualmente comprovem que não possuem outro bem imóvel.

103. Dimulé, que era domiciliado no estado do Rio Grande do Norte, lá faleceu e deixou como herança um imóvel localizado no estado da Bahia e dois veículos licenciados em Sergipe a seus três filhos, Didi, Dedé e Dudu, domiciliados nos estados do Maranhão, Pernambuco e Tocantins, respectivamente. A partilha foi feita de acordo com o disposto no Código Civil, acerca da legítima dos herdeiros.

De acordo com a lei estadual pernambucana, nessa situação hipotética, sabendo que o inventário foi processado na Paraíba e que o *de cujus* era domiciliado em Pernambuco, a Secretaria da Fazenda pernambucana:

- a) não poderá cobrar ITCD sobre nenhum dos bens transmitidos.
- b) poderá cobrar ITCD apenas sobre os veículos transmitidos, havendo dois fatos geradores.
- c) poderá cobrar ITCD apenas sobre os veículos transmitidos, havendo um fato gerador.
- d) poderá cobrar ITCD sobre todos dos bens transmitidos, havendo três fatos geradores.
- e) poderá cobrar ITCD sobre todos dos bens transmitidos, havendo um fato gerador.

104. De acordo com a lei que rege o PAT no estado de Pernambuco, é possível afirmar que o processo administrativo-tributário tem seu início, voluntariamente, com:

- a) a lavratura de auto de infração.
- b) a lavratura de auto de apreensão.
- c) a lavratura de auto de lançamento sem penalidade.
- d) a apresentação de consulta.
- e) a lavratura de termo de acompanhamento e regularização.

105. O prazo para apresentação de defesa contra auto de apreensão é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

106. O CATE é integrado por:

- a) TATE e 10 JATTEs.
- b) TATE, Corregedoria Administrativo-Tributária e 13 JATTEs.
- c) TATE, Corregedoria Administrativo-Tributária e 10 JATTEs.
- d) TATE, Corregedoria Administrativo-Tributária e 9 JATTEs.
- e) TATE, Corregedoria Administrativo-Tributária e 3 JATTEs.

107. O TATE é composto pelos seguintes órgãos:

- a) Presidência, Tribunal Pleno e 3 Turmas Julgadoras.
- b) Presidência, Tribunal Pleno e 4 Turmas Julgadoras.
- c) Presidência, Tribunal Especial e 3 Turmas Julgadoras.
- d) Presidência, Tribunal Especial e 4 Turmas Julgadoras.
- e) Tribunal Pleno e 3 Turmas Julgadoras.

108. De acordo com a lei que rege o PAT, pode-se afirmar que é cabível o seguinte recurso:

- a) Extraordinário.
- b) Voluntário.
- c) Especial.
- d) De revista.
- e) De ofício.

109. De acordo com a Lei Estadual nº 7.750/77, que institui a taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos (TFUSP) do Estado de Pernambuco, são isentos, exceto:

- a) a emissão de certidões comprobatórias de depósitos judiciais expedidos por serventuários da justiça.
- b) desde que declarado o fim único e exclusivo, os atos referentes às empresas públicas.
- c) a expedição da segunda via da carteira de identidade, quando emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por meio do Programa Balcão do Judiciário.
- d) desde que declarado o fim único e exclusivo, os atos referentes às instituições de assistência social.
- e) a concessão de licença para a emissão de certidões comprobatórias de depósitos judiciais expedidos por serventuários da justiça.

110. Pedro, funcionário público do Estado de Pernambuco, realizou atividade estatal fato gerador da Taxa de Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos sem o comprovante do seu pagamento pelo sujeito passivo. De acordo com a Lei Estadual nº 7.750/77, Pedro é

- a) contribuinte da taxa.
- b) responsável solidário.
- c) responsável subsidiário.
- d) responsável substituto.
- e) responsável substituído.

111. ABC LTDA, contribuinte de taxa prevista na Lei Estadual nº 7.750/77, deixou de recolhê-la em tempo hábil. Posteriormente, por essa razão, a fiscalização apurou o débito através de procedimento fiscal. No caso hipotético a ABC se sujeitará à multa de

- a) 100% do valor do tributo.
- b) 10% do valor do tributo.
- c) 20% do valor do tributo.
- d) 200% do valor do tributo.
- e) 50% do valor do tributo.

112. No que tange à base de cálculo do IPVA, de acordo com a lei 10.849/92, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. A base de cálculo referente a veículos novos é o valor fixado em tabelas elaborado pelo Poder Executivo, considerando na sua elaboração a marca, o modelo, a espécie e o ano de fabricação.

II. Em se tratando de veículo estrangeiro, novo ou usado, adquirido por empresa revendedora de veículos, a base de cálculo, para efeito da primeira operação, será o valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro, acrescido dos tributos e demais gravames.

III. Em se tratando de veículos destinados à locação, de propriedade de empresa locadora que tenha atividade única e exclusiva de locação de veículo ou cuja posse esta detenha mediante contrato de arrendamento mercantil - leasing, a base de cálculo do imposto será no ano de 2022, 50% do valor venal do veículo.

a) Estão corretos os itens I e III, apenas.

b) Estão corretos os itens II e III, apenas.

c) Todos os itens estão corretos.

d) Está correto o item I, apenas.

e) Está correto o item III, apenas.

113. Em que pese o Supremo Tribunal Federal ter se posicionado contra a incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações, a lei 10.849/92 estipulou alíquotas para a incidência desse imposto sobre esses veículos, que são, no exercício de 2022:

a) 1,5% para aeronaves e 2% para embarcações recreativas ou esportivas.

b) 1,5% para aeronaves e 1% para embarcações recreativas ou esportivas.

c) 6% para aeronaves e 2% para embarcações recreativas ou esportivas.

d) 6% para aeronaves e embarcações recreativas ou esportivas.

e) 6% para aeronaves e 3,5% para embarcações recreativas ou esportivas

114. Considere as seguintes situações:

I. propriedade de veículo de corpo diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro.

II. propriedade de máquinas agrícolas de terraplanagem.

III. propriedade de veículo do tipo ambulância ou de uso no combate a incêndio.

De acordo com a lei 10.849/92 e considerando apenas os dados apresentados, assinale a alternativa correta no que tange à situação da tributação.

a) isenção – tributação normal – tributação normal.

b) isenção – isenção – tributação normal.

c) isenção – isenção – isenção.

d) tributação normal – tributação normal – tributação normal.

e) tributação normal – tributação normal – isenção.

115. De acordo com a lei 15.730/16, não se considera ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

a) do desembaraço aduaneiro dos bens ou mercadorias importados do exterior.

b) do ato inicial de transporte iniciado no exterior.

c) do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

d) da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente

e) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte.

116. De acordo com a lei do ICMS pernambucana, assinale a alternativa incorreta no que tange ao estabelecimento.

- a) Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades, desde que em caráter permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.
- b) Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.
- c) É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.
- d) Considera-se, também, estabelecimento autônomo, o veículo usado no comércio ambulante.
- e) Considera-se, também, estabelecimento autônomo, o veículo usado na captura de pescado.

117. De acordo a legislação do ICMS pernambucana, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

- I. O imposto não incide sobre operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.
 - II. operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.
 - III. Tendo em vista a circulação jurídica, incide ICMS sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.
 - IV. Não incide ICMS sobre operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
- a) Há quatro itens corretos.
 - b) Há três itens corretos.
 - c) Há dois itens corretos.
 - d) Há um item correto.
 - e) nenhum item está correto.

118. Acerca da sujeição passiva do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Sergipe, assinale a opção correta.

- a) Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com ou sem habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- b) É contribuinte o transportador em relação à mercadoria transportada desacompanhada de documento fiscal próprio.
- c) São contribuintes o armazém geral e o depositário a qualquer título nas saídas de mercadorias depositadas por contribuinte de outro Estado.
- d) É responsável o depositário estabelecido em recinto alfandegado, relativamente a mercadoria ou bem importados, por ele entregues sem a prévia apresentação, pelo importador, do comprovante de recolhimento do ICMS ou do comprovante de exoneração do imposto, se for o caso, e de outros documentos exigidos pela legislação.
- e) todos os itens acima estão corretos.

119. O estabelecimento ABC, indústria do ramo de sungas estabelecida em Recife, adquiriu uma máquina nova para fabricar suas mercadorias pelo valor de R\$ 100.000. Além disso, no mesmo período fiscal adquiriu R\$ 30.000 de matéria-prima, um veículo novo para transporte pessoal por R\$ 50.000 e energia elétrica no valor de R\$ 40.000, 80% utilizada na fabricação das sungas e 20% no setor administrativo.

No mesmo período, vendeu R\$ 300.000 em sungas para os Estados do Paraná, São Paulo e Bahia.

Todas as operações acima foram realizadas no período fiscal 11/2022.

Além disso, houve devolução, em 15 de novembro de 2021, de R\$ 10.000 em vendas que haviam sido realizadas no período fiscal anterior (10/2022).

Adotando-se a alíquota de 17% para todas as operações e sabendo-se que não há desonerações do imposto, o valor que ABC pode se creditar no período 11/2022 é de

- a) R\$ 10.894,16.
- b) R\$ 12.594,16.
- c) R\$ 12.254,16.
- d) R\$ 5.100.
- e) R\$ 6.800.

120. Segundo a lei 11.514/97, reincidência é a prática de nova infração a um mesmo dispositivo ou a disposição idêntica da legislação tributária, pelo mesmo contribuinte, anteriormente responsabilizado em virtude de decisão administrativa transitada em julgado. Em caso de reincidência a pena básica será acrescida dos do seguinte percentual sobre a multa aplicável

- a) 50%.
- b) 70%.
- c) 80%.
- d) 90%.
- e) 100%.

121. Julgue os itens a seguir segundo a lei 11.514/97 e assinale a alternativa correta.

I. A imposição de multa, salvo nos casos previstos em lei, não dispensa o pagamento do imposto devido e demais acréscimos cabíveis.

II. A multa pelo descumprimento de obrigação acessória será absorvida pela multa relativa à obrigação principal sempre que se tratar de cometimento de infração em que o descumprimento da obrigação acessória presuma o da obrigação principal.

III. O funcionário fiscal, no âmbito da respectiva competência, poderá providenciar a interdição do estabelecimento, impedindo o exercício da atividade econômica, sempre que constatar a prática de irregularidade que constitua indício de que a mercadoria esteja em situação irregular, até que a situação seja regularizada.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

122. A lei 11.514/97 presume que tenha ocorrido saída de mercadoria ou prestação de serviços tributáveis desacompanhadas de Nota Fiscal em diversas ocasiões. Não se enquadra em uma situação de presunção prevista na lei:

- a) o suprimento de caixa, se houver, não tenha comprovação da origem e do montante.
- b) a mercadoria tenha entrado no estabelecimento desacompanhada de Nota Fiscal idônea.
- c) o passivo contenha obrigações já pagas ou inexistentes.
- d) o saldo na conta caixa tenha resultado devedor.
- e) a origem dos recursos não seja suficiente para provar sua aplicação.

123. Acerca do crédito relativo ao ativo permanente, assinale a opção incorreta.

- a) a apropriação será feita sempre à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
- b) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data da sua entrada no estabelecimento, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio.
- c) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.
- d) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.
- e) serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, em livro próprio.

124. Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria. Sobre o tema, assinale a opção correta que traduz uma situação em que duas empresas são consideradas interdependentes.

- a) uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de 40% do capital da outra.
- b) uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor ou sócio com funções de gerência, exceto se exercidas sob outra denominação.
- c) uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.
- d) uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de acionista.
- e) uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos cônjuges ou filhos, for titular de mais de 50% do capital da outra.

125. Julgue os itens a seguir segundo a lei 15.730/16 e assinale a alternativa correta.

- I. Na hipótese de antecipação tributária, não devem ser considerados, para cálculo do ICMS antecipado, descontos ou abatimentos, ainda que líquidos e certos.
- II. Salvo disposição expressa em contrário, quando o imposto antecipado for relativo à operação subsequente ou a uma parcela do imposto da operação subsequente, na hipótese de concessão de redução da base de cálculo da mencionada operação, o cálculo do imposto antecipado deve considerar o referido benefício fiscal.
- III. Decreto do Poder Executivo pode exigir o pagamento antecipado do imposto, com a fixação, se for o caso, do valor da base de cálculo da operação ou da prestação subsequente efetuada pelo contribuinte, inclusive na entrada de mercadoria procedente de outra UF.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
c) Todos os itens estão corretos.
d) Está correto o item I, apenas.
e) Está correto o item III, apenas.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

126. A NBC TA 200 prevê que o auditor pode se abster de emitir sua opinião nos casos em que

- a) A amostragem selecionada para o auditor se mostra inadequada ou suficiente.
b) Os responsáveis pela entidade auditada não aceitarem as conclusões do auditor e oferecerem representação.
c) Não for possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor for insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis.
d) Não for possível a coleta de informações no tempo previsto para a auditoria.
e) A supervisão da auditoria entender que os trabalhos foram atrapalhados intencionalmente pela entidade auditada.

127. Nos termos das normas vigentes de auditoria, assinale a alternativa incorreta em relação ao ceticismo e ao julgamento profissional do auditor.

- a) O ceticismo profissional do auditor inclui estar alerta, por exemplo, a informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria.
b) A manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de ignorar circunstâncias não usuais e generalização excessiva ao tirar conclusões das observações de auditoria.
c) O auditor deve considerar a suficiência das evidências quando um documento individual suscetível à fraude for a única evidência que corrobore um valor relevante da demonstração contábil.
d) A crença de que a administração e os responsáveis pela governança são honestos e têm integridade livra o profissional de auditoria da necessidade de manter o ceticismo profissional.
e) O julgamento profissional é necessário, em particular, nas decisões sobre diversos assuntos, dentre eles, a materialidade e o risco de auditoria.

128. As normas de auditoria exigem que o trabalho do auditor seja adequadamente planejado. Um dos objetivos principais do planejamento da auditoria é auxiliar o auditor:

- a) quanto a forma e conteúdo de sua opinião no relatório de auditoria das demonstrações contábeis;
b) a uma efetiva comunicação com os responsáveis pela governança e identificar alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles;
c) a avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria;
d) a avaliar o efeito de distorções não corrigidas nas demonstrações contábeis;
e) a conhecer a natureza das operações e dos negócios da organização para definir o alcance, a época e a direção da auditoria.

129. Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão “papéis de trabalho”). Assinale a alternativa INCORRETA acerca dessa documentação de auditoria.

- a) A documentação de auditoria fornece evidência da base do auditor para uma conclusão quanto ao cumprimento do objetivo global do auditor.
- b) A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais, que incluem assistir a equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria.
- c) O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor responsável pela supervisão da auditoria entenda, dentre outros aspectos, os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.
- d) O auditor deve preparar tempestivamente a documentação de auditoria.
- e) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor deve registrar quem executou o trabalho de auditoria e a data em que foi concluído.

130. A possibilidade de o auditor não detectar distorção relevante existente em demonstrações contábeis caracteriza o risco:

- a) inerente.
- b) de auditoria.
- c) de detecção.
- d) de distorção relevante.
- e) de controle.

131. O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação

- a) de sua confiabilidade e de sua tempestividade.
- b) De sua relevância e de sua verificabilidade.
- c) De sua relevância e dos riscos de distorção.
- d) Da qualidade da evidência de auditoria e da tempestividade em obtê-las.
- e) Dos riscos de distorção e da qualidade da evidência de auditoria.

132. Os procedimentos de auditoria podem ser classificados de acordo com o tipo de evidência obtida com sua aplicação. Assim, a observação é um método de coleta de informação contextualizada sobre a forma de funcionamento do objeto auditado. Esse procedimento deve ser aplicado para:

- a) apurar o estado de conservação de equipamentos;
- b) atestar a veracidade de notas fiscais junto ao Fisco;
- c) averiguar a adequação da execução de processos;
- d) corroborar obrigações assumidas pelo auditado junto a terceiros;
- e) verificar se os alegados licitantes participaram efetivamente do processo.

133. Ao determinar a extensão de um teste de auditoria, o auditor pode empregar técnicas de amostragem. Existem fatores que influenciam o tamanho da amostra, provocando efeitos diversos. Um aumento na taxa esperada de desvio da população a ser testada é um fator cujo efeito é:

- a) aumento do tamanho da amostra para testes de controles;
- b) redução do tamanho da amostra para testes de controles;
- c) redução do tamanho da amostra para testes de detalhes;
- d) negligenciável para testes de controles;
- e) negligenciável para testes de detalhes.

134. Durante uma auditoria na Secretaria de Saúde do Município de Recife -PE, um auditor interno obteve evidências de que vacinas são aplicadas por enfermeiros em crianças que não fazem parte de grupos prioritários e que não necessitam das vacinas, em desacordo com as regras estabelecidas pela prefeitura.

Nesse caso, o auditor interno deve informar em seu relatório que aplicou testes:

- a) substantivos e constatou que há divergência em saldos contábeis.
- b) de inspeção e constatou que há ativos subavaliados.
- c) de circularização e constatou que há infringência a normas profissionais.
- d) substantivos e constatou que há inconsistência em procedimentos de inspeção.
- e) de observância e constatou que há falhas nos controles internos.

135. Durante a realização de uma auditoria da conta de estoques de uma concessionária de revenda de veículos, no grupo circulante, o auditor observou que um veículo adquirido para uso foi contabilizado como estoque para revenda. Assinale a alternativa correta sobre a direção do teste mais adequado associado à situação exposta.

- a) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para superavaliação de outra conta do ativo.
- b) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de outra conta do ativo.
- c) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de despesa.
- d) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de despesa.
- e) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de outra conta do ativo.

136. A não obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião implica que o auditor:

- a) expresse uma opinião adversa, se concluir também que as distorções são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis;
- b) expresse uma opinião com parágrafo de ênfase, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizados;
- c) expresse uma opinião com ressalva, se concluir também que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizados;
- d) expresse uma opinião não modificada, se concluir também que as distorções são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;
- e) se abstenha de opinar, se concluir também que as distorções poderiam ser relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.

137. Em uma empresa comercial, que trabalha com a revenda de mercadorias para consumidores finais, a conta de Estoques é uma das mais representativas de seu Ativo, merecendo atenção especial do auditor.

Neste tipo de ativo, o principal procedimento ou teste de auditoria a ser realizado é o/a:

- a) Indagação.
- b) Recálculo.
- c) Contagem Física.
- d) Observação.
- e) Inspeção.

138. O Auditor Xico Xefe, durante a realização de auditoria de demonstrações contábeis, identificou indícios de fraude em determinado evento de suprimento de caixa. Conforme a NBC TA 240 (R1), o Auditor Xico Xefe deve

- a) aceitar os registros e os documentos como legítimos.
- b) examinar, ao identificar tal indício de distorção relevante decorrente de fraude, os registros de estoque da entidade para ajudar na contagem dos estoques físicos.
- c) responder aos riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por exemplo, designando mais pessoas, dentre os estagiários e pessoas em treinamento, para analisar o caso.
- d) tratar a informação com completo sigilo e evitar que o assunto seja levado à atenção de qualquer pessoa da administração da entidade, até a publicação do relatório final da auditoria.
- e) fazer indagações à administração e a outros responsáveis da entidade, conforme apropriado, para determinar se eles têm conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude, que afetem a entidade.

139. Quanto à Escrituração Fiscal Digital para uso pelos contribuintes do ICMS, e, em especial, quanto ao bloco K, que substitui o registro de controle da produção e do estoque, o Ajuste SINIEF 2/2009 estipulou um cronograma de adesão. Segundo tal agenda, em estabelecimentos industriais pertencentes a empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300.000.000,00, a escrituração completa do bloco K é obrigatória na EFD, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE, a partir de primeiro de janeiro de

- a) 2022.
- b) 2023.
- c) 2019.
- d) 2020.
- e) 2021.

140. Um auditor da receita estadual, sem visitar qualquer estabelecimento comercial, empregou técnica de banco de dados a partir da escrituração eletrônica existente, por meio do qual foi possível montar um painel de empresas, incluindo a composição de alíquotas incidentes no ingresso de mercadorias e os respectivos créditos pleiteados. Após buscar os casos que mais divergiam

da média, identificou uma empresa específica em que:

- I. não havia qualquer entrada de produtos isentos;
- II. havia créditos contabilizados de mercadorias objeto de consumo próprio; e
- III. havia créditos contabilizados de mercadorias utilizadas na formação de ativo permanente.

Nessa hipótese,

- a) não é admissível a técnica empregada, pois o critério escolhido foi arbitrário.
- b) é admissível a técnica empregada, embora apenas direcionadora dos trabalhos de auditoria, por exemplo, quanto à contabilização de créditos das mercadorias destinadas a consumo próprio, pois tal crédito somente será permitido a partir de 01/01/2023.
- c) não é admissível a técnica empregada, pois a fiscalização somente se dá de forma direta, nos termos da legislação em vigor.
- d) é admissível a técnica empregada, sendo possível a lavratura direta do auto de infração quanto à contabilização de crédito na entrada de mercadorias destinadas à formação do ativo permanente, pois, quanto a essas, não há direito ao crédito de imposto.
- e) é admissível a técnica empregada, embora apenas direcionadora dos trabalhos de auditoria, por exemplo, quanto à possibilidade de registro irregular de mercadorias isentas como não isentas, pois, quanto às isentas, não há direito ao crédito de imposto.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

141. O quadro I abaixo apresenta as informações que representam, em partes, a execução orçamentária das despesas, referentes ao primeiro semestre do exercício financeiro de 2022 do Estado Gama.

Quadro I

Descrição das Despesas	Despesas		
	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
Aquisição de um imóvel para a utilização de uma autarquia estadual.	2.500.000,00	2.500.000,00	2.300.000,00
Aquisição de uniformes da rede estadual para distribuição gratuita.	98.000,00	95.000,00	92.000,00
Aquisição de 4 elevadores para instalação no imóvel da autarquia estadual.	500.000,00	350.000,00	315.000,00
Auxílio alimentação destinado aos servidores estaduais.	30.000,00	28.000,00	21.000,00

Considerando os dados apresentados pelo Estado Gama, o valor inscrito em restos a pagar processados, ao final do primeiro semestre do exercício financeiro de 2022, em decorrência da execução orçamentária das despesas correntes foi de

- a) 245.000,00.
- b) 235.000,00.
- c) 10.000,00.
- d) 45.000,00.
- e) 210.000,00.

142. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações sobre suas receitas referentes ao primeiro semestre de 2022:

- I. Lançamento do valor principal com receitas de Impostos, Taxas e Contribuições no valor de R\$ 2.350.000,00. O valor arrecadado foi no montante de R\$ 1.750.000,00.
- II. Arrecadação do valor principal de receitas com a Alienação de bens imóveis e móveis no valor de R\$ 150.000,00.
- III. Obtenção de Operação de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária no valor de R\$ 36.000,00.
- IV. Arrecadação de receitas de Amortização de Empréstimos no valor de R\$ 200.000,00.
- V. Lançamento do valor principal com receitas Patrimoniais no valor de R\$ 910.000,00. O valor arrecadado totalizou R\$ 450.000,00.
- VI. Arrecadação com receitas de Indenizações e Restituições no montante de R\$ 110.000,00.

Considerando essas informações, o valor da receita de capital arrecadada no primeiro semestre do exercício financeiro de 2022 foi de:

- a) 386.000,00.
- b) 350.000,00.
- c) 460.000,00.
- d) 236.000,00.
- e) 186.000,00.

143. Em 03/10/20X1, o Estado Alfa recebeu uma intimação de um processo judicial onde figurava como ré no polo passivo dessa lide. O departamento jurídico do estado foi acionado para avaliar, juntamente ao departamento contábil, a probabilidade de saída de recursos, a fim de atender as disposições presentes na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

No dia 07/10/20X1, a equipe jurídica emitiu um relatório informando que a probabilidade de êxito no processo judicial, pelo ente subnacional, era remota e o valor a ser desembolsado confiavelmente, para esse litígio, foi estimado em R\$ 350.000,00. O julgamento está marcado para o dia 07/12/20X1.

Com base somente nessas informações e considerando o que dispõe a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o setor de contabilidade do Estado Alfa deverá

- a) Esperar acontecer o julgamento para determinar se haverá ou não a provável saída de recursos para liquidar tal obrigação.
- b) Reconhecer um passivo contingente remoto nas contas de controle até que haja a decisão do órgão julgador dessa lide, para determinar se haverá ou não a possibilidade de perda desse valor estimado pelo departamento jurídico.
- c) Registrar um passivo contingente possível em contas de controle e, após o julgamento, caso julgado provável, avaliar o montante e reconhecer uma provisão pela melhor estimativa de desembolso para liquidar tal obrigação.
- d) Registrar uma variação patrimonial diminutiva (VPD) e em contrapartida reconhecer uma obrigação no passivo exigível.
- e) Não reconhecer tal valor como obrigação exigível. Além disso, por ser um passivo contingente remoto, não há necessidade de divulgá-lo em notas explicativas.

144. O Estado Delta, precisando atualizar sua frota de veículos para o bom atendimento do interesse coletivo, empenhou, em 31/08/20X0, despesa orçamentária no montante de R\$ 960.000,00 referente à aquisição de 10 novos veículos. No dia 30/09/20X0, a concessionária entregou os veículos ao Estado Delta e, após a entrega, a despesa orçamentária foi liquidada e paga pelo ente subnacional à concessionária.

Nessa mesma data de entrega, os veículos foram colocados em uso pelo ente público. A vida útil desses veículos foi estimada em 10 anos e o valor residual em R\$ 30.000,00. Além disso, o ente público deprecia sua frota de veículos pelo método das quotas constantes.

Ao final do exercício financeiro de 20X2, após o reconhecimento da variação patrimonial diminutiva com a depreciação, o Estado Delta realizou o teste de *impairment* da frota de veículos adquiridos em 20X0 e apurou os seguintes montantes:

- I. caso pretenda continuar utilizando a frota de veículos, o valor apresentado perfaz o montante de R\$ 730.000,00.
- II. caso pretenda alienar essa frota, o valor apresentado monta em R\$ 760.000,00.
- III. as despesas para alienar essa frota totalizam R\$ 35.000,00.

Considerando apenas essas informações e com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a frota de veículos será mensurada, pelo Estado Delta, em 31/12/20X2, após o teste de recuperabilidade, pelo

- a) valor contábil de R\$ 750.750,00 e não registrar nenhuma perda por desvalorização no resultado a título de variação patrimonial diminutiva (VPD).
- b) valor contábil de R\$ 744.000,00 e não registrar nenhuma perda por desvalorização no resultado a título de variação patrimonial diminutiva (VPD).
- c) valor contábil de R\$ 730.000,00 e reconhecer uma perda por desvalorização no resultado de R\$ 14.000,00, a título de variação patrimonial diminutiva (VPD).
- d) valor contábil de R\$ 730.000,00 e reconhecer uma perda por desvalorização no resultado de R\$ 13.000,00, a título de variação patrimonial diminutiva (VPD).
- e) valor contábil de R\$ 730.000,00 e reconhecer uma perda por desvalorização no resultado de R\$ 20.750,00, a título de variação patrimonial diminutiva (VPD).

145. O prefeito do Município Audazes dos Pampas, interior do Estado Piratini, adquiriu em 15/03/20X2, por meio de um processo licitatório, 420 notebooks para serem distribuídos gratuitamente a estudantes da rede municipal de ensino. Abaixo, informações extraídas da contabilidade desse município.

- Preço de aquisição total 924.000,00
- Frete do transporte 2.500,00
- Seguros do transporte 3.500,00

No dia 30/03/20X2, os notebooks adquiridos chegaram ao município. Sabe-se que, até o dia 30/04/20X2, esses notebooks adquiridos não haviam sido distribuídos aos alunos e que, nessa data, o valor realizável líquido apurado desse lote era de R\$ 940.000,00 e o custo corrente de reposição de R\$ 920.000,00.

Com base somente nessas informações, desconsiderando qualquer efeito tributário ocorrido na transação, e na NBC TSP 04 – Estoques, o lote de 420 notebooks deverá ser registrado, em 30/04/20X2, pelo valor de

- a) 920.000,00.
- b) 940.000,00.
- c) 930.000,00.
- d) 924.000,00.
- e) 926.500,00.

146. Com base nas informações apresentadas, o resultado financeiro da Coruja Audaz, referente ao mês de abril de 20X2, foi impactado, positivamente, pelo valor de

- a) 4.210.000,00.
- b) 3.422.000,00.
- c) 3.465.000,00.
- d) 3.487.000,00.
- e) 3.447.000,00.

147. Com base apenas nas transações descritas, o resultado da execução orçamentária no primeiro semestre do exercício financeiro de 20X2, foi em reais de

- a) 4.320.000,00.
- b) 4.195.000,00.
- c) 4.220.000,00.
- d) 4.305.000,00.
- e) 4.177.000,00.

148. O ordenador de despesa do Estado Beta empenhou, em 01/12/20X1, uma despesa resultante da aquisição de materiais para limpeza no valor de R\$ 18.000,00, para ser utilizado na sede do Governo Estadual. No dia 10/12/20X1, os materiais foram entregues pelo fornecedor ao Estado e na data do dia 15/12/20X1 a despesa foi liquidada no valor total empenhado. O pagamento ocorreu em 04/01/20X2, no valor total de R\$ 18.000,00.

Com base nas informações fornecidas pelo ente público e de acordo com a Lei nº 4.320/64, a despesa orçamentária foi realizada em

- a) 10/12/20X1 e em 31/12/20X1 o Estado Beta inscreveu, como restos a pagar não processados, o montante de R\$ 18.000,00.
- b) 15/12/20X1 e em 31/12/20X1 o Estado Beta inscreveu, como restos a pagar processados, o montante de R\$ 18.000,00.
- c) 01/12/20X1 e em 31/12/20X1 o Estado Beta inscreveu, como restos a pagar processados, o montante de R\$ 18.000,00.
- d) 01/12/20X1 e em 31/12/20X1 o Estado Beta inscreveu, como restos a pagar não processados, o montante de R\$ 18.000,00.
- e) 15/12/20X1 e em 31/12/20X1 o Estado Beta inscreveu, como restos a pagar não processados, o montante de R\$ 18.000,00.

Atenção: Para responder às questões a seguir, considere que a prefeitura do Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes transações ocorridas em janeiro de 20X2.

- I. Lançamento e arrecadação de receitas de Impostos no valor de R\$ 7.600.000,00.
- II. Arrecadação da receita de aluguéis com imóvel, referente a dezembro de 20X1, no valor de R\$ 95.000,00.
- III. Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a janeiro de 20X2, no valor de R\$ 2.600.000,00. A despesa foi paga, pelo valor total empenhado, no mês de fevereiro de 20X2.
- IV. Reconhecimento de ajustes com perdas no estoque pelo valor de R\$ 120.000,00.
- V. Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 200.000,00. A despesa foi paga ao fornecedor, pelo valor total do empenho, em fevereiro de 20X2.
- VI. Utilização de material de consumo no valor de R\$ 130.000,00 na prestação de serviços para a população da localidade de Rincão dos Audazes.
- VII. Reconhecimento mensal de depreciação dos ativos imobilizados no valor de R\$ 80.000,00.
- VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X1 referentes a despesas correntes com serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 70.000,00.
- IX. Pagamento de depósito em caução no valor de R\$ 50.000,00. O recebimento aconteceu em dezembro de 20X1.

149. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X2, o resultado patrimonial apurado pelo Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- a) 4.600.000,00.
- b) 4.670.000,00.
- c) 4.530.000,00.
- d) 4.695.000,00.
- e) 4.765.000,00.

150. Com base nas informações obtidas em janeiro de 20X2, o ativo do Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- a) 7.350.000,00.
- b) 7.150.000,00.
- c) 7.445.000,00.
- d) 7.245.000,00.
- e) 7.295.000,00.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

151. Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.
- e) Deve haver demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

152. O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.
- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- e) a lei orçamentária anual poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

153. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

154. O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.
- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

155. Segundo a Lei n. 4.320 de 1964, NÃO integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:

- a) autorização para a alienação de bem imóvel pertencente ao Estado.
- b) sumário geral da receita por fontes e respectiva legislação.
- c) quadro discriminativo da receita por fontes.
- d) quadro das dotações por órgãos do Governo.
- e) quadro demonstrativo da receita.

156. Considerando-se o Direito Financeiro na Constituição de 1988, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

157. É considerada uma fonte secundária do Direito Financeiro:

- a) Constituição Federal.
- b) Resoluções.
- c) Leis Complementares.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Medida Provisória.

158. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida pela Constituição de 1988 e contou com um importante reforço da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a LRF, a LDO deve:

- a) dispor acerca de critérios para equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) ser acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita.
- c) ser acompanhada das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- e) incluir demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.

159. Considerando-se as fontes do Direito Financeiro, a atividade financeira do Estado obedece a regras específicas contidas em diferentes instrumentos normativos. A respeito dessas regras, é correto afirmar que

- a) estão previstas na Constituição Federal, em leis complementares, em leis ordinárias, em normativos infraconstitucionais e em recomendações dos tribunais de contas.
- b) estão previstas apenas na Constituição Federal, que traz o conjunto suficiente de regras aplicáveis à atividade financeira do Estado.
- c) estão previstas apenas em leis complementares, dada a natureza geral dessas regras.
- d) são decorrência das práticas reiteradas da Administração Pública ao longo dos anos, não se apresentando de forma sistemática em nenhum instrumento jurídico.
- e) seguem apenas as regras estabelecidas por cada ente federativo levando em consideração a sua própria realidade local.

- 160.** A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.
- a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.
 - b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis
 - c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.
 - e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-PE-12-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>